

*Brasília*

2 Brasília, sexta-feira, 27 de outubro de 1989

# CORREIO BRAZILIENSE

*Na quarta parte nova os campos ará.  
E se mais mundo houvera, lá chegara.  
CAMÕES, e, VII e 14.*

**Diretor-Geral**  
Paulo Cabral de Araújo

**Diretor-Superintendente**  
Edilson Cid Varella

**Diretor-Responsável**  
Ari Cunha

**Editor-Geral**  
Ronaldo Martins Junqueira

**Gerente-Geral**  
Alberto de Sá Filho

**Gerente Financeiro**  
Evaristo de Oliveira

**Gerente Técnico**  
Ari Lopes Cunha

**Gerente Comercial**  
Mauricio Dinepi

## Otimismo injustificado

Causam estranheza as manifestações de otimismo das autoridades econômicas em relação ao desempenho das finanças públicas. Nem o **deficit** de 3,9 por cento previsto para o exercício corrente pode suscitar algum entusiasmo, nem as suas projeções sobre o futuro imediato tornam menos dramática a crise experimentada pelo País. Aplicado ao Produto Interno Bruto, hoje estimado em torno de 300 bilhões de dólares, o **deficit** público oficialmente calculado ascende a quase 12 bilhões de dólares. Trata-se de uma quantia apavorante, muito longe, portanto, de despertar reações alentadoras, como sugere o regozijo do Governo ao revelar o perfil das contas públicas deste ano.

Acrece a circunstância de que as estatísticas oficiais, tantas vezes rejeitadas quando em confronto com a realidade, nem sempre podem merecer o beneplácito da confiabilidade. Gigantesco como é, embora a visão **panglossiana** dos tecnocratas o tenha em diminuta proporção, o deságio das contas oficiais dificilmente ficará contido ao percentual publicado. Última trincheira na guerra aberta contra a inflação, a política monetária exerce pressões cada vez mais intensas sobre o **deficit** público, em virtude

das altíssimas taxas de juros praticadas para conter a expansão da demanda.

Estabelecido, pois, que o **deficit** é bem superior ao otimismo governamental, sujeito ainda a subir ladeira acima, impulsionado pelas taxas de juros, informe-se, por outro lado, que é duas vezes maior do que o percentual acertado com o FMI. Irá, portanto, funcionar como um complicador nas gestões atuais e futuras sobre a dívida externa, no meio das quais instala-se o Fundo como o principal interveniente, pelo menos segundo as convenções até agora vigentes.

Para completar o quadro cinzento das finanças públicas, note-se que o **deficit**, em suas proporções reais, sequer teve origem na expansão dos gastos da máquina estatal. Os dados disponíveis revelam-no originário do desperdício, do estabelecimento equivocado das prioridades, da desorganização, enfim, da manipulação dos recursos. Fosse de outra forma, não se encontrariam paralisadas as principais obras a cargo do poder público, como a Hidrelétrica de Xingó.

Certamente é indispensável cultivar o otimismo. Mas em razão de perspectivas reais, não de formulações esotéricas.